

ESTADO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1995-2018)

STATE AND NEOLIBERALISM IN BRAZIL (1995-2018)

Jorge Fernando Hermida¹

Jailton de Souza Lira²

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma análise pormenorizada da influência da ideologia neoliberal no processo de reformulação do Estado brasileiro no período 1995-2018, com base em uma interpretação marxista da história e no materialismo histórico e dialético. Após analisar o objeto de estudo a partir de categorias advindas da tradição marxista (Estado, ideologia, conflitos de classe e classes sociais), o estudo conclui que independentemente dos momentos políticos e dos governos analisados, a presença da ideologia neoliberal orientando as reformas e a forma de fazer política foi expressiva e contundente. Excetuando os governos nos quais o *lulismo* esteve no poder, a política neoliberal foi avassaladora, produzindo consequências bastante negativas para o conjunto da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Ideologia. Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Bloco no poder.

ABSTRACT

This article presents results of a detailed analysis of the influence of neoliberal ideology in the process of reformulation of the Brazilian State in the period 1995-2018, based on a Marxist interpretation of history and historical and dialectical materialism. After analyzing the object of study from categories derived from the Marxist tradition (state, ideology, class conflicts and social classes) the study concludes that independently of the political moments and the governments analyzed, the presence of neoliberal ideology guiding the reforms and the form of making politics was expressive and forceful. Except for the governments in which Lulism

¹ Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PA, Brasil. Doutor em Educação pela UNICAMP. <https://orcid.org/0000-0003-1963-4639>. E-mail: jorgefernandohermida@yahoo.com.br

² Professor Assistente I da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil. Doutor em Educação pela UFPB. <https://orcid.org/0000-0002-3534-0553>. E-mail: ailtonsouzalira@gmail.com

was in power, neoliberal policy was overwhelming, producing quite negative consequences for the working class as a whole.

Keywords: Reform of the State. Ideology. Neoliberalism. Neodevelopment. Block in power.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar as mudanças que vêm acontecendo no Estado brasileiro nas últimas três décadas, enfocando em particular a relação que existe entre as reformas implementadas no país e a ideologia neoliberal. Considerando os acontecimentos políticos, econômicos e sociais mais relevantes dos últimos tempos, procuramos desenvolver uma interpretação que busca elucidar a estreita relação entre ideologia e superestrutura (ou seja, entre ideologia e Estado), mas também situar a interpretação no contexto das relações entre infraestrutura e superestrutura. No dizer de Althusser, no contexto da reprodução social. Para o autor francês, a reprodução da totalidade social baseia-se não só nas determinações da produção econômica, mas também nas determinações políticas e ideológicas. Diante do exposto, visamos refletir a respeito de como a ideologia neoliberal influenciou o processo de reformulação do Estado brasileiro na década de 1990 até nossos dias.

Consideramos que as mudanças vivenciadas pelo Estado e a sociedade brasileira durante as últimas décadas são uma repercussão direta das reformas mais amplas pelas quais passaram as demais nações, especificamente no âmbito macroeconômico e cultural, determinadas pela predominância do padrão de acumulação do sistema capitalista hegemônico a partir da falência do bloco soviético. As reformas foram decorrentes da crise do modo de produção capitalista da década de 1970, quando o modelo de Estado de bem-estar social — que predominou política e economicamente em muitos países do hemisfério Norte e da Europa ocidental —, começava a evidenciar sintomas de esgotamento (HERMIDA; LIRA, 2018; MÉSZÁROS, 2002, 2004, 2015; PETRAS; VELTMEYER, 2001; SADER; GENTILI, 1999).

Para reverter esse quadro de crise, a partir da década de 1980 um conjunto de instituições internacionais passou a intervir nos Estados nacionais da América Latina e a definir políticas macroeconômicas para a região. Sob a direção política dos Estados

Unidos da América (EUA), essas instituições foram criadas através de acordos efetuados na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, ou Conferência de *Bretton Woods*, realizada em New Hampshire, nos EUA, em 1944. Na ocasião, representantes dos 44 países participantes, sob a hegemonia dos EUA, estabeleceram a direção da política externa e os projetos de desenvolvimento econômico para os países da América Latina, com o objetivo de implementar para os países da região um modelo econômico capitalista, periférico, associado e dependente.

Os organismos internacionais procuravam redefinir políticas econômicas para os Estados capitalistas periféricos, através da implementação do modelo proposto (periférico, e dependente) pelos países capitalistas centrais. Foi assim que surgiram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1944, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em 1947, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), todas elas em 1948.

Muitas dessas instituições começam a executar os Programas de Ajuste Estrutural (PAE), a serem aplicados nos países devedores da região. O espírito dos PAE foi bem diferente do espírito que originou as instituições quando da Conferência de *Bretton Woods*, pois a meta da reconstrução econômica de pós-guerra deu espaço à regulação das políticas e da economia nacionais em função dos interesses econômicos e financeiros internacionais dominantes.

Como a crise do modo de produção do capital iniciada na década de 1970 foi se agravando cotidianamente, ela foi responsável direta pelo fim da experiência do Estado do Bem-estar Social e pelo fortalecimento da ideologia neoliberal em todo o mundo, sempre no sentido de diminuição e esvaziamento do caráter público do Estado e na subtração dos direitos trabalhistas e sociais. Assim deu-se início, em escala planetária, a um processo de reestruturação regressiva que foi orientado por uma ideologia que passou a ser dominante, a ideologia neoliberal.

As reformas se justificavam pelo esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento do período pós-guerra. Após uma era de prosperidades sem precedentes na história do capitalismo internacional, o modelo estatal econômico e intervencionista entrou em franco declínio após as duas grandes crises do petróleo. O período anterior, exitoso, havia-se baseado na intervenção estatal ativa nas ordens econômica e social, ancorada por um forte consenso social. As fases internacionais coincidem com o ocorrido no Brasil, na época do “milagre econômico”, seguida da crise que afetou todas as ordens da realidade brasileira após 1974.

O modelo estatal que predominava na maioria dos países capitalistas centrais do mundo havia sido construído com os mesmos três pilares, a saber: a) econômico — a lógica keynessiana se apoiava em mecanismos macroeconômicos de regulação do investimento privado, associado à participação estatal na economia e no pleno emprego; b) social — o *WelfareState* marcava presença no mundo todo, com os países capitalistas periféricos apresentando um modelo diferenciado; c) administrativo — o modelo burocrático e de gestão weberiano prezava pela eficácia e meritocracia associadas à estrutura governamental (ABRUCIO; COSTA, 1998, p.2).

Ao contrário do ocorrido nos EUA e na Europa, os países latino-americanos não conseguiram consolidar o modelo burocrático de administração estatal weberiano. No máximo, foram criados nichos de excelência burocrática, como os que deram certo em muitas das estatais brasileiras (a Petrobrás, por exemplo) e mexicanas. Tampouco constituíram Estados de *WelfareState*. Ao menos, no caso brasileiro, isso nunca ocorreu.

É com esse cenário favorável que internacionalmente floresceu a Nova Direita. Assim, a visão hegemônica perante a crise do Estado começou a ser desenhada pelo ideário dos governos mais conservadores da época, que assumiram o processo mundialmente: os EUA, governados por Ronald Reagan, e a Grã-Bretanha, por Margareth Thatcher. A receita era a diminuição do Estado, a desregulamentação econômica e trabalhista, a mercantilização das políticas sociais e liberdade no mercado para o grande capital.

Diante desse panorama, a *cruzada neoliberal* tornou-se avassaladora: as vitórias de Margareth Thatcher (1979), Ronald Reagan (1980) e Helmut Kohl (1982) deram origem a um processo de reformas nos seus Estados nacionais. Surpreendentemente, a

América Latina tinha se transformado num laboratório de reformas: Pinochet (Chile, 1973), Martínez de Hoz (Argentina, 1976), Bolívia (receita de Jeffrey Sachs — mesmo da Polônia e da Rússia), Salinas de Gortari (México, 1988), Menem (Argentina, 1989), Carlos Andrés Pérez (Venezuela, 1989) e Fujimori (Peru, 1990) já haviam adotado a ideologia da Nova Direita — o neoliberalismo — para orientar suas *Market-oriented-reforms* (reformas orientadas para e pelo mercado).

Na realidade política e ideológica brasileira, as primeiras tentativas de reforma do Estado ancoradas na ideologia neoliberal aconteceram nos governos de José Sarney (1985-1990) e Collor de Mello (1990-1992). Porém, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a presidência da República nas eleições nacionais de 1994, o processo de reformas econômicas e do aparelho do Estado ancorado na ideologia neoliberal conseguiu ampla penetração nas esferas econômicas, políticas e sociais da realidade nacional.

Correndo o risco de sermos excessivamente genéricos, podemos afirmar que os fundamentos políticos e ideológicos do processo de reformas econômicas e do aparelho do Estado iniciados assim que FHC assumiu a presidência da República em 1º de janeiro de 1995 têm presença marcante até os dias de hoje. Na tentativa de poder identificar os momentos de crise, ruptura e continuidade ocorridos nos processos reformistas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), Dilma Vana Rousseff (2011-2014; 2015-2016) e Michel Temer (2016-2018), este estudo procura buscar respostas à seguinte questão norteadora: *como a ideologia neoliberal influenciou o processo de reformulação do Estado brasileiro, da década de 1990 até nossos dias?*

Em termos teórico-metodológicos, este artigo apresenta resultados de uma análise pormenorizada e criteriosa da influência da ideologia neoliberal no processo de reformulação do Estado brasileiro, com base em uma interpretação marxista da história e no materialismo histórico e dialético (GRAMSCI, 1986; MARX, 2004, 2006, 2009). Por meio deste método é possível a compreensão global dos fenômenos investigados, a partir da premissa básica da existência de conflitos de classe na sociedade capitalista. Tendo em vista a divisão da sociedade em classes antagônicas e inconciliáveis que caracteriza o capitalismo, consideramos que o Estado não é imparcial nem neutro. Os discursos liberais, de modo geral, apregoam a neutralidade para assim manter sua hegemonia (HERMIDA; LIRA, 2018).

Para podermos identificar as categorias centrais da pesquisa, foi necessário nos debruçarmos sobre os principais acontecimentos políticos ocorridos na história recente do Brasil. O entendimento contemporâneo da ação estatal baseou-se nas reflexões carcerárias de Antônio Gramsci (1988, 2000, 2002, 2010), que conseguiu identificar no Estado seu sentido jurídico, político, econômico e ideológico sob a perspectiva ampliada, ou *integral*, conforme sua própria definição. Para Gramsci, o Estado, além de representar os interesses das classes detentoras do poder, também é uma entidade em constante disputa. Nesse sentido, nenhuma classe hegemônica detém o poder e o controle absoluto do Estado, cabendo a ela, para manter-se no poder, estabelecer estratégias para conseguir o apoio das demais classes em disputa.

Outra categoria central deste estudo é a ideologia. Entendemos a ideologia como uma forma específica de consciência social, característica das sociedades divididas em classes. Coincidimos com Mézáros (2004), quando ele considera que a ideologia se constitui objetivamente como “...consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo do social em todos os seus principais aspectos” (p.65). Tratam-se de interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se manifestam no plano da consciência social e exercem forte influência sobre os processos materiais do metabolismo social. Para o autor, Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais ou menos, aberto, articulando sua visão de ordem social correta e apropriada como um todo abrangente (MÉSZÁROS, 2004).

Como este artigo se propôs a analisar o seu objeto de estudo a partir da tradição marxista, os conflitos de classe, os processos políticos e as reformas do Estado foram interpretados a partir das categorias *bloco no poder*, *classes sociais*, *conflitos de classe*, *populismo* e *grande burguesia interna*. O sentido dado às categorias *bloco no poder*, *classes sociais* e *burguesia interna* é aquele sugerido por Nicos Poulantzas (1998), que nos permite entender a hegemonia conseguida pela burguesia no Estado capitalista como sendo a unidade (classe social) das

diversas frações de classe. Para compreender a relação existente entre processo político e conflitos de classe, e das interpretações realizadas para o entendimento da crise política no Brasil a partir de categorias poulantzianas, adotamos o enfoque teórico desenvolvido por Armando Boito Junior (2018). Ao justificar a escolha da categoria conflito e não luta de classes, o autor afirma o seguinte:

Uso a palavra *conflitos* e não *luta de classes* para designar a diferença que existe entre, de um lado, a disputa pela redistribuição da riqueza produzida, que não coloca em questão a organização capitalista da sociedade brasileira (...) e de outro lado, a disputa em torno do modo, capitalista ou socialista, de organização social, ou seja, a luta de classes propriamente dita, confronto que não se desenvolveu no Brasil atual (BOITO JR., 2018, p.10).

Finalmente temos a categoria *populismo*, que é essencial para poder interpretar um dos fenômenos políticos mais importantes do Brasil no século XXI: o lulismo. Ancorando-nos em estudos desenvolvidos por Boito Jr. (2018), constatamos que, na sua concepção marxista, o populismo é uma manifestação política altamente contraditória, pois na sua definição é preciso reconhecer os aspectos progressistas (distribuição de renda), associados a aspectos conservadores (as massas em estado de completa desorganização). Para Noito Jr. (2018), a utilização da categoria populismo nos ajudará a compreender a atualidade política brasileira e latino-americana e seus acontecimentos mais relevantes, como por exemplo, a passividade acontecida no Golpe de 2016 e a surpreendente “Caravana Lula pelo Brasil” de 2017.

Este artigo foi organizado em três momentos, além desta Introdução e das Considerações finais. Em “Estado e neoliberalismo no governo de FHC (1995-2002)” apresentamos uma análise dos processos reformistas estruturais acontecidos nesse período, chamados na época de “modernização nacional”. Seguindo a lógica neoliberal de fazer política, o governo FHC conseguiu implantar o “Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado” em 1996. A adesão aos imperativos do capitalismo global desencadeou um processo de desconstrução do Estado, que exacerbou os traços mais perversos do subdesenvolvimento brasileiro: a modernização dos

padrões de consumo e a precariedade das condições de vida dos setores menos abastados da população.

Em “Neoliberalismo e conflito de classes no lulismo”, tratamos da luta pela hegemonia e dos conflitos de classe que propiciaram a vitória e a manutenção do Partido dos Trabalhadores (PT) por quatro eleições consecutivas. Mantendo uma relação ambivalente (de dependência e de conflito) com o grande capital internacional, Lula da Silva e Dilma Rousseff (ou as gestões do PT) conseguiram constituir um bloco no poder que, mesmo tendo desenvolvido uma política econômica diferente daquela executada pelo seu antecessor, não rompeu com os fundamentos de natureza ideológica que vinham orientando a reforma do Estado no Brasil (o neoliberalismo).

No último momento (“O Golpe de 2016 e a retomada do neoliberalismo ortodoxo”), tratamos como o processo de exaustão do lulismo conduziu à derrocada do governo Dilma Rousseff, através de um golpe jurídico-midiático-parlamentar. Com Michel Temer no governo, iniciou-se um processo de reversão neocolonial que desconstruiu as históricas conquistas sociais e ampliou a privatização do Estado. O artigo se encerra com a apresentação das Considerações finais.

2 ESTADO E NEOLIBERALISMO NO GOVERNO DE FHC (1995-2002)

A partir da década de 1990 o país começou a sentir as consequências do fortalecimento da ideologia neoliberal em todo o mundo e, semelhantemente ao que já vinha acontecendo em vários países de América Latina, se inicia no Brasil um processo de reestruturação regressiva. O processo de reformas proposto pelos presidentes da República José Sarney (1985-1990), Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995) deu início a um período de privatizações que, mesmo tendo acontecido de forma gradual, procuraram liberalizar a economia, seguindo os desígnios dos grandes organismos internacionais. O processo privatista procurava resolver os problemas da estagnação econômica, da inflação e da dívida que repercutiram negativamente na qualidade das políticas públicas estatais.

Os programas de liberalização econômica, que procuravam beneficiar claramente o grande capital internacional, tiveram um

alcance limitado. No caso do governo de Sarney, pela enorme oposição tanto de caráter populista quanto de esquerda, que mantinha forte poder de mobilização herdado da luta de mais de vinte anos contra a ditadura militar (1964-1985). O programa de liberalização de Collor de Mello foi sacrificado em razão da forte recessão econômica e das denúncias de corrupção que desestabilizaram o governo. E, após o *impeachment* de 1992, a proximidade das fortes mobilizações populares que depuseram Collor de Mello inibiu o governo de Itamar Franco de continuar o processo de liberalização econômica, que passou a ter reservas em abrir o Brasil aos interesses do capital internacional, adotando um viés de governo mais nacionalista entre 1992 e 1993 (PETRAS; VELTMEYER, 2001).

Contudo, a crise fiscal intermitente avançava, redefinindo os rumos do governo Itamar Franco. Apelando ao endividamento, o país buscou recursos nos organismos pertencentes ao mercado financeiro internacional, ao tempo que prometia implementar políticas de desregulamentação e de globalização financeira. O pagamento de juros das dívidas passou a ocupar parte significativa dos orçamentos nacionais. Além de aumentar seus índices econômicos negativos através de um constante endividamento, com a crise, o Estado também perde seu poder econômico; as transformações do sistema produtivo capitalista trouxeram ao cenário local a competição industrial e a intensificação dos fluxos financeiros e comerciais em escala global.

Na área econômica, coube ao ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) a condução de um novo plano econômico mais condizente com o receituário neoliberal por meio da indexação da nova moeda, a retomada do processo de desregulamentação econômica, a abertura do país aos investimentos estrangeiros e à concorrência, bem como um ajuste fiscal rigoroso que sacrificou ainda mais a população que precisava dos serviços públicos. O Plano Real conseguiu atingir seu objetivo principal, que foi a redução significativa das taxas de inflação. A popularidade do Real permitiu a eleição de FHC para a presidência da República nas eleições de outubro de 1994, sustentado por uma ampla coligação de partidos de centro-direita e direita do espectro político brasileiro.

Tão logo tomou posse na Presidência em 1º. de janeiro de 1995, Cardoso deu início a um novo processo reformista na

economia e no Estado, que foi chamado pelos seus precursores de “modernização nacional”. O processo procurou colocar o país em consonância com as diretrizes e políticas de corte neoliberal, consolidadas no Consenso de Washington. Com a liberalização da economia à ação predatória do grande capital internacional, a indústria nacional experimentou um declínio substantivo na produção do Produto Interno Bruto, encolhendo em razão da concorrência externa. A partir daquele momento, rompeu-se completamente com o padrão de desenvolvimento econômico que havia orientado as ações do Estado brasileiro ao longo de quatro décadas, fundado na base da expansão industrial, com muitas empresas sob o controle estatal.

Com os representantes políticos do grande capital financeiro nacional e internacional no bloco do poder, o processo reformista conseguiu implantar o “Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado” em 1996. Além da abertura econômica do mercado — que incluiu a suspensão de barreiras alfandegárias às importações, desregulamentou a saída de capitais, uma moeda estável e uma taxa de juros alta —, o Plano Diretor também previa a reforma administrativa e da previdência.

O modelo capitalista neoliberal implantado no governo de FHC foi orientado pelo capital financeiro internacional, que conseguiu unificar indústrias, bancos e serviços sob o comando dos grupos financeiros. Nessa nova realidade,

Grupos financeiros nacionais beneficiaram-se com a política de juros elevados e de liberdade de entrada e saída de capitais, empresas nacionais que se associaram a grupos estrangeiros para participar dos leilões das empresas estatais, empresas comerciais ligadas à importação, os grupos empresariais das áreas de saúde e educação, uma parte dos setores internacionalizados da indústria local e outros que viram, e de fato tiveram, na política de privatização e de abertura novas oportunidades de negócios e de associação com o capital estrangeiro (BOITO JR., 2018, p.65).

No entanto, setores da grande burguesia interna (agronegócio, construção civil, bancos nacionais) não viam com simpatia o processo de abertura econômica instaurado e começaram a posicionar-se

contra o capital financeiro internacional. No dizer de Boito Jr. (2018, p.66), "A grande burguesia interna teme ser engolida ou destruída pelos grandes grupos econômicos estrangeiros" e, colocando-se na contramão dos interesses reformistas, começou a reivindicar medidas como o protecionismo para seus produtos industriais no mercado nacional, controle do ingresso de capital estrangeiro no setor bancário etc.

O fato de FHC ter governado por dois mandatos consecutivos lhe permitiu atingir vários de seus objetivos políticos que, pela sua importância e abrangência, servem para caracterizar o conjunto de seu mandato como a "era FHC". No entanto, as contradições detectadas entre a grande burguesia interna (que reivindicava medidas protecionistas) e a burguesia aliada ao grande capital internacional (que defendia o livre comércio), associadas às dificuldades econômicas, a crise cambial e a crescente insatisfação interna concretizam a existência de dois momentos diferenciados (BOITO Jr., 2018). No primeiro mandato, a cruzada neoliberal foi avassaladora: a abertura comercial debilitou a indústria nacional; os processos privatistas atingiram muitas das principais empresas estatais; a sobrevalorização cambial e a redução de tarifas aduaneiras facilitaram as importações; e o Estado foi reorganizado conforme o ideário neoliberal (Estado mínimo). Porém, no segundo mandato, os desequilíbrios macroeconômicos que aprisionaram e paralisaram as políticas públicas no Brasil e o crescente endividamento externo limitaram o avanço das ações neoliberais iniciadas anteriormente pela gestão FHC. A crise social e econômica sem precedentes provocou insatisfação popular (desemprego, arrocho salarial, crise energética sem precedentes na história do país) e de setores da burguesia interna.

Com a assinatura do Acordo Internacional com o FMI, o país evitou a falência na crise do Plano Real, e com isso se hipoteca definitivamente dos projetos nacionais e econômicos desenvolvimentistas. A desvalorização e a defesa da estabilidade da moeda, associadas a medidas de ajuste e controle social camuflaram o caráter antissocial, antidemocrático do Plano Real, que sempre teve como principal objetivo a defesa dos interesses do grande capital e a modernização dos padrões de consumo de pequenas parcelas da sociedade (SAMPAIO JR., 2018).

3 NEOLIBERALISMO E CONFLITO DE CLASSES NO LULISMO (2003-2016)

Com a crítica situação econômico-financeira observada ao final do segundo governo de FHC, a hegemonia da classe dominante que vigorava até então no bloco do poder foi abalada, criando-se a possibilidade da vitória dos segmentos de classe que se articularam em torno da candidatura do PT representada por Lula da Silva. Por um lado, a burguesia nacional (indústria, agronegócio e comércio de exportação) vivia uma relação contraditória, já que, ao tempo que apoiava a política social do neoliberalismo — desregulamentação das leis trabalhistas, mercantilização dos direitos sociais (saúde, educação e segurança), desindexação salarial, dentre outras medidas —, renegava a política econômica neoliberal — que favorecia o grande capital internacional e colocava em xeque as conquistas conseguidas no mercado interno. Por outro lado, o operariado urbano, os servidores públicos federais, camponeses assentados e não assentados, as centrais sindicais, setores da baixa classe média e a grande “massa marginal” composta por desempregados, subempregados, os do trabalho precário e os autônomos, clamavam por mudanças sociais profundas (BOITO JR., 2018).

No horizonte político, o PT era um partido que estava disposto a defender os interesses nacionais da burguesia interna e a inclusão social. Os fatos ocorridos na era FHC ajudaram na consolidação da imagem do PT como agremiação contrária aos rumos políticos e econômicos pelos quais o país atravessava. Lula da Silva era, naquele momento, a liderança política com maior credibilidade e com condições de tirar o país daquela condição crítica. O seu discurso, menos radical e mais moderado (fase do *Lulinha paz e amor*), também ajudou a fortalecer alianças com a grande burguesia nacional. Para Hermida e Lira (2017, p.53),

Parte significativa do empresariado nacional aderiu à candidatura petista por conta da bem-sucedida articulação política que viabilizou a coligação presidencial: a aliança entre o PT e o Partido Liberal, representado pelo candidato à vice-presidência José de Alencar, influente empresário da área siderúrgica do estado de Minas Gerais. Essa simbólica *aliança entre*

o capital e o trabalho melhorou a imagem de Lula da Silva entre o empresariado de matriz nacional e a classe média, ultrapassando assim a barreira histórica dos 30% do PT em eleições presidenciais às vésperas do pleito.

Em termos ideológicos, a guinada dada pelo PT para o espectro ideológico neoliberal contou com a aprovação do FMI, do Banco Mundial e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Inclusive, quando o PT assumiu o governo, os principais dirigentes do Ministério da Fazenda e do Banco Central eram praticamente os mesmos da época de FHC, que mantiveram o diálogo com os dirigentes do setor financeiro internacional, atendendo grande parte dos seus interesses. O PT também deu continuidade a outras políticas, além da econômica e financeira. Por exemplo, na política educacional e na reforma agrária.

Um assunto que se apresentou como extremamente polêmico diz respeito a um problema estritamente político e ideológico: se o PT esteve, em termos políticos e filosóficos, opondo-se sistematicamente às formas de fazer política do governo de FHC, por que, então, o governo de Lula da Silva continuou mantendo vigentes muitas das políticas públicas aprovadas pelo seu antecessor? Por que o governo do PT não soube honrar os compromissos de campanha assumidos publicamente?

Pareceria que o governo de Lula da Silva esqueceu os princípios e a ideologia que caracterizaram a forma de fazer política do Partido dos Trabalhadores (PT) antes de chegar ao poder, ao deixar de lado a opção reivindicada pela maioria do povo brasileiro quando a época das eleições nacionais: as das mudanças sociais (...) radicais e profundas (HERMIDA, 2011, p.274).

Para os 53 milhões de eleitores que votaram no PT, parecia que “a esperança havia vencido o medo” e por isso existia o consenso popular de que o presidente eleito deveria tomar iniciativas para impulsionar a transformação social. Já que “...o resultado eleitoral autorizava Lula da Silva a promover as medidas necessárias para cumprir as promessas de seu programa eleitoral. Havia chegado a hora de abandonar o receituário neoliberal e priorizar o ataque à pobreza e às desigualdades sociais” (SAMPAIO JR., 2017, p.47).

Quase três anos depois, a esperança daqueles que ansiavam mudanças sociais deu espaço à frustração.

A devoção do governo do PT à estabilidade dos mercados e o ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores receberam elogios rasgados das instituições financeiras internacionais. O governo Lula da Silva manteve os alicerces da política macroeconômica conservadora fundada pelo PSDB ancorada no tripé *metas de inflação, regime de câmbio flutuante e ajuste fiscal*, garantindo assim os ganhos do capital especulativo com a promoção de altas taxas de juros. A separação da política e da economia — artifício ideológico favorável ao sistema do capital bastante criticada por Mészáros (2002) em suas obras — consubstanciou-se na autonomia do Banco Central institucionalizada pelo governo. Desse modo, a política monetária não deveria ser influenciada pelas “decisões políticas”, atendendo com aquela autonomia uma reivindicação antiga dos mercados financeiros.

A disputa ideológica, marcante nas eleições de 1989, cedeu lugar a um programa de governo associado aos princípios da gestão do Estado alinhado aos parâmetros de governabilidade impostos pelo sistema capitalista, excluindo qualquer possibilidade de ruptura institucional com a ordem burguesa. Esses princípios básicos da candidatura Lula da Silva em 2002 são facilmente verificáveis na “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgada pelo PT, meses antes das eleições do mês de outubro daquele ano.

A estratégia política e eleitoral do PT foi bem clara: a estruturação de uma aliança entre os segmentos populares, os estratos médios e a burguesia nacional para a constituição de um modelo de gestão fundamentado em um Pacto Social ao estilo da socialdemocracia europeia que, sobretudo, não representasse ameaças ao modo de produção capitalista. Para que essa concertação social fosse eficaz, as políticas de distribuição de renda, compensação social, minimização da pobreza, ampliação do mercado consumidor e indução do Estado na execução das obras públicas e na geração de empregos seriam os mecanismos principais levados a cabo após a vitória em outubro daquele ano. A conjuntura política e econômica do período permitiu a confirmação desta estratégia.

Avaliamos que a mudança programática do PT na gestão do governo federal situou o partido teoricamente no horizonte ideológico

da socialdemocracia. Essa perspectiva ideológica defende mudanças no sistema capitalista para a atenuação das desigualdades sociais sem, contudo, questionar suas bases de acumulação e exploração do trabalho. Através da via eleitoral, abandona qualquer perspectiva revolucionária de transformação da sociedade e respeita as regras do mercado capitalista. A administração do Estado socialdemocrata procura administrar a máquina pública com vistas a uma redistribuição pactuada da renda e riqueza nacional. Tudo dentro das regras do jogo institucional impostas pela democracia burguesa.

Com Lula da Silva no governo em 2003, deu-se continuidade a uma das ações iniciadas no segundo governo de FHC: as políticas agressivas de exportação, centradas no agronegócio, nos recursos naturais e produtos industriais de baixa tecnologia. O agronegócio foi o responsável por 40% do total das exportações, lideradas pela soja, carnes, madeiras, açúcar, papel celulose, álcool, dentre outras (BOITO JR., 2018). A política de “caça aos dólares” incluiu também expressivas exportações de *commodities* vinculadas à extração mineral, manufaturas e produtos industriais simples, de baixa densidade tecnológica. Concretizava-se na infraestrutura aquilo que politicamente havia sido cogitado em nível superestrutural: a ascensão da burguesia interna (indústria, agronegócio e comércio exportador). Porém, sem alterar a posição subordinada no bloco no poder, já que o país continuou ocupando uma posição subordinada ao capital financeiro internacional.

Nessa “nova geografia comercial”, o país vivia uma situação paradoxal: a política externa era “...ao mesmo tempo, dependente (diante do imperialismo) e conquistadora (diante das pequenas e médias economias da periferia)” (BOITO JR., 2018, p.44). O capitalismo brasileiro ocupava uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho — o país havia virado um mero fornecedor de *commodities* (agrícolas e minerais) e produtos industriais de baixa tecnologia —, vinculada a um processo expansivo da economia às custas de outras economias latino-americanas (BOITO JR., 2018).

As denúncias por atos de corrupção desencadearam a Crise do Mensalão (2005). O capitalismo internacional e a burguesia compradora incentivaram a crise como meio para poder retomar o poder. Porém, com a crise instaurada, o governo do PT passou à ofensiva e implantou, no segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010), uma política econômica neodesenvolvimentista. Com ela,

privatizações foram descartadas, as empresas estatais remanescentes foram fortalecidas e o papel do BNDES foi redefinido. Nesse novo contexto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pelo financiamento das privatizações na era FHC, foi convertido em uma instituição de fomento às grandes empresas de capital predominantemente nacional. Dentre as principais empresas que contaram com fomento público para se tornarem as mais fortes de seus respectivos segmentos em escala mundial estavam a Friboi (carnes), Brasil Foods(alimentos), Vale (mineração), Gerdau (siderurgia), Embraer (aviação comercial, executiva, agrícola e militar), Grupo Votorantim (celulose e papel), Unica (álcool e etanol) e as empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutiérrez, OAS e MRV Engenharia.

Com ampla maioria no Parlamento, o governo conseguiu implementar políticas públicas de distribuição de renda e atenuação da pobreza (Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, etc.). Os programas governamentais de transferência de renda, inclusão social e de erradicação da pobreza, associados à política de emprego e de elevação do salário mínimo *determinaram* significativas mudanças nos costumes, cultura e consumo. Mas também trouxeram melhorias nas condições de vida das classes populares. Para Singer (2012), o governo Lula da Silva procurava compensar as concessões ao capital com iniciativas de redistribuição de renda aos segmentos mais desfavorecidos da população. Tais medidas favoreceram o extremo inferior da frente neodesenvolvimentista, a massa marginal.

Os programas sociais, as Parcerias Público-Privadas (PPP), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, um conjunto de investimentos públicos e privados subsidiados pelo Estado em obras de habitação e de infraestrutura) e o *boom* das exportações favorecido pela valorização das *commodities*, foram os responsáveis pelos altos percentuais de aprovação do governo Lula da Silva em 2010 (87%). Essas iniciativas se traduziram na geração de empregos e na elevação dos rendimentos médios. Para Sampaio Jr. (2017), o PAC era paradoxal, pois, “espetáculo do crescimento”, que tinha como finalidade melhorar a infraestrutura econômica nos setores da energia, transporte e portos, não atacava nenhuma das causas estruturais que procurava resolver (o baixo investimento público, incentivo aos investimentos privados e o combate à especulação financeira). Segundo ele,

Generoso com os empresários, e mesquinho com os trabalhadores, o PAC acentua a privatização da economia, estimulando as Parcerias Público Privadas e as Sociedades de Propósitos Especiais; transfere, por diferentes mecanismos, grandes volumes de recursos fiscais e para-fiscais para a iniciativa privada; torna a legislação ambiental ainda mais vulnerável à ação predatória do capital; e aumenta os obstáculos a uma maior participação dos salários na renda nacional (SAMPAIO JR., 2017, p.90).

As altas taxas de aprovação permitiram que o lulismo, sob a liderança política de Lula da Silva, escolhesse a sua sucessora nas eleições nacionais de 2010, a ex-ministra da Casa Civil Dilma Vana Rousseff. O traço comum que marcou as quatro eleições nacionais conquistadas pelo lulismo (2002, 2006, 2010 e 2014) foi a proteção do Estado e a transferência de renda a um setor de sua base social menos favorecida, a massa marginal. A massa marginal havia crescido significativamente na era FHC, devido à implantação do modelo capitalista neoliberal.

Assim que Dilma Rousseff assumiu o governo, em 1º de janeiro de 2011, os condicionantes de natureza subjetiva e objetiva que garantiam as melhorias econômicas e davam sustentação à paz social começam a desaparecer. Com a exaustão da fase de crescimento e o início das primeiras mobilizações sociais, entraram em cena a instabilidade econômica e o conflito social. Por exemplo, se no ano de 2004 havia acontecido 300 greves no país, no ano de 2012 foram quase 900 (BOITO JR., 2018).

A crise do capital que aconteceu no centro do sistema (a crise de *Wall Street* de 2007-2008 e as crises da dívida soberana dos estados europeus que acontecem em vários países a partir de 2009) e o processo de desvalorização das *commodities* influenciaram negativamente a estabilização da economia e geraram forte instabilidade institucional da política brasileira. Nessa época, setores pertencentes à frente neodesenvolvimentista começam a questionar as políticas sociais de natureza redistributiva e de inclusão social porque, na opinião deles, as mesmas já haviam atingido seu teto. A grande burguesia interna manifesta interesse em querer captar recursos do Estado para investimentos privados (infraestrutura, créditos subsidiados, tecnologia), mas tem dificuldades em aceitar

concessões para os assalariados e o campesinato. Conflitos iminentes começam a ser configurados, como por exemplo, entre o agronegócio e os defensores da reforma agrária, entre sindicatos e empresas, e entre servidores públicos federais e governo nacional (BOITO JR., 2018). Esses fatores foram minando as bases políticas do governo no Congresso Nacional e reduzindo sua credibilidade junto à população, descontente com os rumos do governo Rousseff.

O conflito de classes se acirrou em duas frentes. De um lado, estava o conflito que sempre esteve presente desde a assunção do lulismo ao poder, que confrontava a frente política heterogênea (que agrupava a grande burguesia interna, setores da classe média, a classe operária, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal) com o campo político neoliberal (que era também uma frente de classes, dirigida pela fração da burguesia interna aliada ao grande capital internacional e aos adeptos da modernização dos padrões de consumo) (BOITO JR., 2018).

Do outro, estava o conflito de agravamento das contradições internas da frente neodesenvolvimentista, que confrontava principalmente o operariado sindicalizado (que vinha conquistando melhorias salariais crescentes e que havia decidido elevar suas exigências a partir de 2012-2013) com a grande burguesia interna (BOITO JR., 2018). O cenário social, diferente, apresentava novas contradições.

A baixa classe média fora contemplada com medidas democratizantes do acesso à universidade – a política de cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Porém, os novos diplomados não encontraram no mercado de trabalho os empregos que julgavam garantidos. Essa insatisfação eclodiu nas ruas em junho de 2013. Os próprios beneficiários do neodesenvolvimentismo começavam a retirar seu apoio a essa política (BOITO JR., 2016, p.29).

Diante de um cenário econômico sombrio, o desperdício de recursos em projetos gigantes (que só favoreciam empreiteiras, mineradoras e o agronegócio), os gastos com a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (que favoreceu a todos

os setores vinculados com a especulação imobiliária), as Operações Lava Jato e Zelotes e o aumento do desemprego associado à exaustão nos padrões de consumo sentida por frações da classe média e a massa marginal — que se endividou com empréstimos para moradia e compra de outras quinquilharias (eletroeletrônicos, celular etc.), criaram um clima de inconformismo social geral.

De fato, a proposta programática do partido vencedor nunca chegou a concretizar-se, já que a presidente eleita decidiu adotar o programa econômico do seu adversário. Com a virada de mesa acontecida em matéria econômica, Dilma Rousseff conseguiu se isolar de sua base social e criou as condições para que a contraofensiva reacionária se concretizasse. Com a gradativa deserção da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista, um dos campos concretizava seu processo de fortalecimento: o campo neoliberal ortodoxo.

Estavam dados todos os condicionantes para que acontecesse o golpe de 2016.

4 O GOLPE DE 2016 E A RETOMADA DO NEOLIBERALISMO ORTODOXO (2016-2018)

O golpe de 2016 marca o fim do experimento democrático iniciado no Brasil em 1985. Com o golpe jurídico-midiático-parlamentar orquestrado pelo campo burguês filiado ao grande capital internacional, a institucionalidade foi quebrada — no final de contas, o voto popular é o único meio legal e legítimo que os regimes democráticos têm para alcançar o poder. Para Miguel (2016, p.32), “Foi violado um dos requisitos básicos que um autor liberal, Robert Dahl, apresentou para a democracia eleitoral: o princípio da *intercambialidade*, que, na prática, significa que nenhum grupo ou indivíduo tem poder de veto sobre a maioria gerada nas urnas”.

Embora tenha acontecido em 2016, o golpe vinha sendo planejado há anos, com a colaboração da imprensa que procurava deslegitimar os governos democraticamente eleitos desde as eleições de 2002, e outros movimentos não convencionais, espontâneos, financiados e treinados pelo império americano, tendo se destacado neste cenário aparentemente despolitizado os movimentos **Intervencionistas Independentes – S.O.S. Forças Armadas**,³

³ Intervencionistas Independentes – S.O.S. Forças Armadas, é um movimento que se

Movimento Brasil Livre (MBL),⁴ Revoltados on-line⁵ e o Vem Pra Rua.⁶ Dentre os principais acontecimentos políticos explorados pela imprensa destacaram-se: a estagnação econômica (2012), a escalada de conflitos sociais (2013), as disputas entre as diferentes frações da burguesia interna e entre as diferentes facções do PT (2014), a Operação Lava Jato (2014), quando o PT assume o programa econômico do seu adversário das eleições anteriores (2014-2015), e a desmoralização de Dilma como liderança política (2015-2016).

Para Gomes (2016, p.40), "...o golpe não foi originado apenas no governo indefensável da presidenta Dilma...", mas sim pela existência de três pulsos que justificavam a realização de um golpe contra a democracia. O primeiro, foi da banda podre da política, na tentativa de obstruir a justiça e barrar a operação Lava Jato que procurava revelar a corrupção no país. O segundo, procurava reter todos os recursos destinados aos direitos sociais para destiná-los a

autodeclara 100% apartidário e defende a intervenção militar total – pois a saída da presidente da república não bastaria para realizar a necessária “faxina” política nos três pilares do Estado: no legislativo, no executivo e no judiciário. De natureza militarista, defende que os políticos sejam julgados por crimes de traição. Fonte: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/saiba-quem-sao-e-o-que-pensam-lideres-de-protestos-neste-domingo.html>> Acesso em: 12/10/2018.

4 O Movimento Brasil Livre (MBL), fundado em 2014, é uma organização de jovens que defendem o liberalismo econômico (livre mercado), o republicanismo e o impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Combinando forças com a bancada ruralista e evangélica do congresso, foi defensor da reforma trabalhista, da implantação de um estado mínimo e da redução da maioria penal. Trata-se de um movimento que é um histórico apoiador da Escola sem Partido. Dentre as principais lideranças do movimento, destacam-se Kim Kataguri – recentemente eleito como deputado federal pelo Estado de São Paulo nas eleições nacionais de 2018 – e Fernando Holliday – vereador de São Paulo eleito nas eleições municipais de 2016, que ficou famoso por afirmar que por religião, ele não exerce mais a sua homossexualidade (sic!).

5 Revoltados online é um movimento que tem onze anos de existência e nas suas origens procurou combater a pedofilia na internet. De natureza suprapartidária, o movimento foi a favor do impeachment e também do fim das urnas eletrônicas.

6 O movimento Vem pra Rua, fundado em 2014, pretende ser um movimento social e político brasileiro, favorável à intervenção militar. O movimento surge no mês de outubro de 2014 com a pretensão de aglutinar críticos do governo de Dilma Rousseff em matéria econômica, política e social. Tendo como pauta principal o combate à corrupção e o impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi um dos propositores da 10 medias contra a corrupção. De natureza apartidária, o movimento foi financiado pela Fundação Estudar, de propriedade do empresário Jorge Paulo Lemann. A natureza moralista, procurou intimidar a funcionários por terra quando foram divulgados diversos vídeos, dentre os quais se podia assistir ao líder do Vem pra Rua do estado de Espírito Santo, Armando Fontoura, batendo o ponto como funcionário da Prefeitura de Vitória e indo embora sem trabalhar. Ou quando o líder do movimento no estado da Bahia, Henrique Quintanilha, procurou intimidar a funcionários de trânsito (Transalvador), porque o multaram por ter estacionado seu carro numa vaga de deficientes físicos. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Vem_pra_Rua Acesso em: 12/10/2018.

serviço do pagamento de juros da dívida pública. E o terceiro, que tentava destruir a soberania nacional, destinando os recursos naturais do petróleo (o Pré-Sal) e outras riquezas para o capital estrangeiro (GOMES, 2016).

Com Michel Temer no governo, iniciou-se um processo de reversão neocolonial que levou ao paroxismo a superexploração do trabalho, as oportunidades de acumulação, o processo de desconstrução de históricas conquistas sociais e a ampliação da privatização do Estado.

A medida mais importante do governo Temer que expressa seu compromisso com o capital financeiro especulativo em detrimento das políticas sociais foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (Emenda Constitucional nº 95/2016), que estabeleceu o congelamento de qualquer percentual de gasto público acima da inflação pelos próximos vinte anos, com base nas estimativas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contados a partir da sua aprovação. Nesse novo ajuste fiscal determinado pela Emenda, em caso de descumprimento dos seus limites, ficarão proibidos os reajustes salariais, a criação de cargos, as alterações de estrutura de carreira ou a admissão de servidores públicos.

Na prática, o que se nota é que os efeitos da EC nº 95/2016 já se fazem sentir na redução dos recursos e na qualidade dos serviços públicos, agravados pela recessão econômica na qual o país mergulhou desde 2014. Paradoxalmente, este dispositivo legal não define qualquer limite para o pagamento dos encargos e juros da dívida pública, que saltou de cerca 47% de comprometimento das receitas da União em 2015, para 51% em 2018. Com a ausência do Estado enquanto mecanismo de indução do crescimento econômico e de correção das desigualdades sociais e regionais, existem razões suficientes para acreditar que esta lei precisará ser revista o quanto antes tão logo o país recomponha sua institucionalidade democrática com a realização de um processo eleitoral transparente no qual a população possa exercer livremente suas escolhas políticas.

Outro elemento que é importante destacar foi a aprovação da Reforma Trabalhista —Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que a pretexto de flexibilização das relações de trabalho, redução do custo-Brasil e criação das condições estruturais de geração de empregos,

apenas ampliou a exploração da mais-valia absoluta e relativa, suspendendo direitos históricos da classe operária, modificando e fragilizando o ordenamento legal que a protegia dos excessos do patronato. Um exemplo concreto dos resultados desta reforma foi o estabelecimento do regime de trabalho intermitente, em que os empregados ficam à disposição das empresas, inexistindo carga horária de trabalho pré-estabelecida, desrespeitando inclusive a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo, uma vez que seus salários dependerão da quantidade de horas trabalhadas.

A Reforma Trabalhista também criou o princípio legal *do negociado sobre o legislado*, no qual os trabalhadores passaram a ser constrangidos a abrir mão dos seus direitos legais sob pena de retaliação ou até mesmo demissão, caso ofereçam qualquer resistência ao que as empresas desejem lhes impor. Nos parece evidente que esta situação compromete e dificulta a mobilização e pressão dos sindicatos de trabalhadores, antes os legítimos representantes da classe nos embates entre capital e trabalho. Também foram modificadas as condições de ajuizamento das ações judiciais na esfera trabalhista, possibilitando que os empregados sejam obrigados a arcar com as custas processuais em caso de perda jurídica em favor dos empregadores.

O governo Temer também efetuou modificações no marco energético, privatizando refinarias e poços petrolíferos, geralmente adquiridos por empresas multinacionais estrangeiras, especialmente norte-americanas. As transações do governo, por meio de leilões públicos, incluíam a cessão de áreas de exploração das reservas do fundo social do Pré-Sal, na medida em que a Petrobrás perdeu a preferência na prospecção inicial desses recursos minerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os principais acontecimentos políticos da história recente do Brasil (1995-2018), na tentativa de identificar os momentos de crise, ruptura e continuidade ocorridos nos processos reformistas do Estado nos governos de FHC (1995-2002), Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e do Golpe de 2016 (2016-2018), apresentamos algumas considerações.

As reformas do Estado brasileiro ocorridas nesse período precisam ser entendidas e contextualizadas a partir da grande crise

do capital iniciada no último quartel do século XX, pois essa crise foi a responsável pelo fim da experiência do Estado do Bem-estar Social e pelo fortalecimento da ideologia neoliberal em todo o mundo. Também frisamos neste texto que esse modelo estatal nunca conseguiu ser implementado no Brasil. Na melhor das hipóteses, foram criados nichos de excelência burocrática que deram certo em um número reduzido, embora importantes, de empresas estatais.

Com esse cenário favorável, no capitalismo central floresceu a Nova Direita e, com isso, a visão hegemônica perante a crise do Estado começou a ser desenhada pelo ideário dos governos mais conservadores da época (EUA e Grã-Bretanha). Nessa conjuntura, as reformas do Estado começaram a fazer parte da revolução social capitalista e, orientadas pela ideologia neoliberal, procuraram configurar uma realidade infra e supraestrutural nova. A *cruzada neoliberal* tornou-se totalmente avassaladora e a ideologia da Nova Direita (o neoliberalismo) passou a orientar também no capitalismo periférico suas *Market-oriented-reforms*.

O sucesso político do neoliberalismo no desmanche do Estado brasileiro conduziu a um processo de abertura econômica e de privatização das empresas estatais, que teve como desdobramento o enfraquecimento dos sindicatos e das associações operárias. O processo reformista, que procurou diminuir o Estado sob o imperativo da "modernização nacional", foi acompanhado de um sucesso moral e ideológico, que também aconteceu em outros países da América Latina (na Argentina de Carlos Saúl Menem e no Peru de Alberto Fujimori). Na opinião pública, conceitos tais como capitalismo, lucro e desemprego deixaram de ser pecados e perderam a sua conotação negativa. O processo de abertura econômica para o grande capital internacional trouxe como consequência o desmanche da indústria nacional e a modernização dos padrões de consumo. Porém, as conquistas morais e políticas acontecidas na era FHC não foram economicamente bem-sucedidas.

O fracasso econômico e a crise política acontecida na era FHC colocaram na pauta a necessidade de realizar mudanças políticas e sociais, radicais e profundas. Mantendo uma relação ambivalente (de dependência e de conflito) com o grande capital internacional, Lula da Silva e Dilma Rousseff conseguiram constituir um bloco no poder que, mesmo tendo desenvolvido uma política econômica diferente daquela executada pelo seu antecessor, não rompeu com os

fundamentos de natureza ideológica que vinha orientando a reforma do Estado no Brasil (o neoliberalismo).

Assim como foi possível constatar a existência de uma era no conjunto dos governos de FHC — a era FHC, conquistas eleitorais petistas configuraram uma manifestação política populista, que muitos cientistas políticos chamaram de lulismo (SINGER, 2012; BOITO JR., 2018; SAMPAIO JR., 2017). Se bem o populismo lulista conseguiu garantir o PT por quatro eleições consecutivas no poder, ele também foi diretamente responsável pelos níveis de despolitização e desmobilização acontecidos à época do *impeachment* e do golpe de 2016. O populismo lulista continua tendo expressiva presença no cenário político, se levarmos em consideração as surpreendentes “Caravanas Lula pelo Brasil” (2017) nas regiões Norte e Nordeste, a comoção política ocorrida na detenção de Lula da Silva (2018), e as últimas pesquisas eleitorais para a presidência da República, em que o candidato do PT, mesmo estando na prisão e sem poder fazer campanha política, consegue atingir 38% das intenções de voto na pesquisa para Presidente realizada no dia 20 de agosto de 2018 e registrada no Tribunal Superior Eleitoral com o número BR-01665/2018.

Consideramos que o governo Michel Temer radicalizou a execução das políticas neoliberais, retomando a privatização de empresas e serviços estatais, provocando um amplo quadro recessivo na economia nacional e retirando direitos históricos da classe trabalhadora. Após um breve período de promoção de políticas sociais e trabalhistas inclusivas e uma pequena, mas importante distribuição das riquezas nacionais através de políticas de distribuição de renda, as forças organizadas do capital, em meio a sua nova e mais ampla crise cíclica, se fortaleceram. Com a concretização do golpe jurídico-midiático-parlamentar em 2016, desestabilizaram o sistema democrático brasileiro e retomaram a tradição neoliberal ortodoxa (aquela que havia pautado a política na era FHC), impondo perdas à classe trabalhadora, à qual mais do que nunca, se torna premente a busca da unidade e da resistência.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. In: *Pesquisas*, ano 1998, n. 12. São Paulo: Centro de Estudos Konrad-Adenauer, 1998.

- BOITO JUNIOR, A. *Reforma e crise política no Brasil*. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Unesp, 2018.
- BOITO JUNIOR, A. Os atores e o enredo da crise política. In: SINGER, A. (et al.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, jun. 2017.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 2016.
- GOMES, C. Por que o golpe acontece? In: SINGER, A. (et al.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HERMIDA, J. F. *A reforma educacional no Brasil (1988-2001): processos legislativos, projetos em conflito e sujeitos históricos*. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- HERMIDA, J. F. *A educação na era FHC: fundamentos filosóficos e políticos*. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.
- HERMIDA, J. F.; LIRA, J. de S. O programa Escola Livre em Alagoas, a crise de acumulação do capital e o fortalecimento da direita política brasileira. *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 8, n. 1, p. 141-170, jan./abr. 2018.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. In: SINGER, A. (et al.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PETRAS, J.; VELTMAYER, H. *Brasil de Cardoso*. A desapropriação do país. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Estado e Neoliberalismo... - Jorge F. Hermida e Jailton de Souza Lira

SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) *Pós-Neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

SAMPAIO JR., P. de A. *Crônica de uma crise anunciada. Crítica à economia política de Lula e Dilma.* São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Submetido em Março 2018

Aceito em Julho 2018

Publicado em Setembro 2018